

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Período: **Fevereiro/2013**

Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013 - Estabelece procedimentos para habilitação ao gozo dos benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a [Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013](#).

Publicada no Diário Oficial da União em 27/02/2013, a Instrução Normativa RFB nº 1.335, de 26/02/2013, estabelece procedimentos para habilitação ao gozo dos benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

Poderão usufruir dos benefícios fiscais previstos na aludida lei o *Comité International Olympique* (CIO), as empresas a ele vinculadas, bem como os que a ele (CIO) prestarem serviços, a *Court of Arbitration for Sport* (CAS), a *World Anti-Doping Agency* (WADA), os Comitês Olímpicos Nacionais e as entidades nacionais e regionais de administração de desporto olímpico, as federações desportivas internacionais, as empresas de mídia e transmissores credenciados, os patrocinadores dos Jogos, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (RIO 2016) e seus prestadores de serviços.

A habilitação do CIO, bem como das empresas a ele vinculadas, da CAS, da WADA, dos Comitês Olímpicos Nacionais, das federações desportivas internacionais, das empresas de mídia e transmissores credenciados, dos patrocinadores dos Jogos, dos prestadores de serviços do CIO e dos prestadores de serviços do RIO 2016 está condicionada ao respectivo estabelecimento no Brasil caso efetuem no país, ainda que somente para organização ou realização dos Jogos, comercialização de produtos e serviços ou contratação de pessoas físicas, com ou sem vínculo empregatício.

O CIO ou o RIO 2016 deverão requerer a habilitação das pessoas físicas ou jurídicas para gozo dos benefícios fiscais em questão, e na impossibilidade destes, o requerimento competirá à Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público constituído pela União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro sob a forma de autarquia em regime especial.

A habilitação de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, em relação às quais não exista obrigatoriedade de estabelecimento no Brasil, ficará condicionada à indicação de representante inscrito no CPF, a quem forem outorgados poderes para resolver quaisquer questões e para receber comunicações oficiais, e à inscrição no CNPJ da pessoa jurídica a ser habilitada.

A outorga de poderes ao representante mencionado no parágrafo anterior será formalizada por meio de instrumento de procuração com firma reconhecida do outorgante, e sua cópia autenticada deverá ser anexada ao formulário de requerimento de habilitação, cujos modelos oficiais (habilitação de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, conforme o caso), foram aprovados pela própria Instrução Normativa RFB nº 1.335, nos anexos I e II do aludido ato normativo.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Tratando-se de procuração outorgada em outro país, deverá ser autenticada por repartição consular brasileira e estar acompanhada de sua tradução juramentada se não estiver em língua portuguesa.

Os requerimentos de habilitação deverão ser encaminhados à DRF do domicílio tributário do requerente, e a decisão será formalizada por meio de Ato Declaratório Executivo publicado na página da Receita Federal do Brasil na Internet, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de apresentação do requerimento ou da intimação para regularização de pendências.

Da decisão de indeferimento caberá recurso, em instância única, ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da região fiscal do domicílio do requerente, no prazo de 10 (dez) dias contado da ciência do interessado.

Não poderão habilitar-se as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional, as que estiverem com situação fiscal irregular perante a Receita Federal, tampouco bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas.

Também não poderão habilitar-se as pessoas jurídicas que tenham por objeto a securitização de créditos imobiliários, financeiros ou agrícolas, nem as operadoras de planos de assistência à saúde.

A habilitação prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013 não dispensa a habilitação de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) nem o credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro, conforme disciplina dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.288, de 31 de agosto de 2012.

Para conhecer o inteiro teor da norma, [clique aqui](#).

Decreto 58.924/2013 - Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 28/02/2013, o Decreto 58.924, de 27/02/2013, que altera os artigos 400-F e 400-G do RICMS/SP que trata das operações com insumos da indústria de aminoácidos.

Em síntese, observadas as condições previstas na legislação, foram alterados os artigos 400-F e 400-G para acrescentar no diferimento e na suspensão as operações internas com os produtos: oxigênio, anti-espumantes, glicerina, carbonato dissódico anidro e sulfato de amônio, para a fabricação de glutamato monossódico, lisina, treonina, glutamina, leucina, isoleucina, valina e arginina.

O Decreto 58.924/2013 entrou em vigor na data de sua publicação, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Decreto 58.923/2013 - Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28/02/2013, o Decreto nº 58.923, de 27/02/2013, alterou o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000.

A norma alterou a redação do art. 52 do RICMS para determinar que, nas operações ou prestações interestaduais que destinarem mercadorias ou serviços a contribuintes localizados nos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo, bem como nas operações ou prestações interestaduais que destinarem mercadorias ou serviços a contribuintes localizados nos Estados das regiões Sul e Sudeste, aplicar-se-á alíquota de 4% nas operações com bens e mercadorias importados do exterior que:

- a) após o desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização;
- b) ainda que submetidos a processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40%.

A nova redação do art. 52 dispõe, ainda, que a alíquota de 4% não será aplicada nas operações com bens e mercadorias importados do exterior que não tenham similar nacional, assim considerados aqueles constantes de [lista publicada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX](#) (disponível [aqui](#)), tampouco nas operações com bens e mercadorias produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei nº 288/1967 (ZFM), e as Leis nºs 8.248/1991, 8.387/1991, 10.176/2001 (Informática e Automação), e 11.484/2007 (PADIS/PATVD), ou nas operações com gás natural importado do exterior.

O novo decreto também alterou a redação do art. 115 do RICMS para dispor que o débito fiscal será recolhido por meio de guia de recolhimentos especiais, com alíquota de 4% nas operações abrangidas pela Resolução do Senado Federal nº 13/2012, quando da entrada de mercadoria destinada a industrialização ou comercialização, material de uso e consumo ou bem do ativo permanente em estabelecimento de contribuinte sujeito às normas do SIMPLES Nacional, remetido por contribuinte localizado em outra unidade da federação.

Por fim, a norma alterou também a redação do art. 117 do RICMS para determinar que, quando estiverem sujeitos às normas do SIMPLES Nacional o remetente da mercadoria oriunda de outro Estado, destinada a uso, consumo ou integração no ativo imobilizado, ou o prestador de serviços iniciados fora do território paulista e não vinculados a operação ou prestação subsequente sujeita ao imposto, o contribuinte deverá escriturar no quadro "Crédito do Imposto - Outros Créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS, com a expressão "Inciso I do Art. 117 do RICMS", o valor do imposto resultante da aplicação da alíquota interestadual sobre a base de cálculo correspondente à respectiva operação ou prestação, no período em que a mercadoria tiver entrado ou tiver sido tomado o serviço, sendo que, para os fins destes lançamentos, a alíquota interestadual a ser adotada será de 4%

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



nas operações com bens e mercadorias importados do exterior mencionados no parágrafo segundo, e de 12% nas demais operações.

As alterações propostas visam adaptar estes fragmentos do RICMS à Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de abril de 2012, que com base na Constituição Federal (art. 155, § 2º, inciso IV), estabeleceu a alíquota do ICMS de 4% nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior ou cujo coeficiente de importação seja superior a 40%.

Referido decreto entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 1º de janeiro de 2013.

Para conhecer o inteiro teor da norma, [clique aqui](#).

Decreto 58.922/2013 - Altera o Decreto 57.686, de 27 de dezembro de 2011, que disciplina a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS por contribuinte que realize saídas de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, gado e leporídeos.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 28/02/2013, o Decreto 58.922, de 27/02/2013, alterou o Decreto 57.686/2011 que disciplina a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS por contribuinte que realize saídas de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, gado e leporídeos.

Em síntese, o Decreto 58.922/2013 permite que o regime especial de que trata o Decreto 57.686/11 seja concedido também para os contribuintes classificados no código 1510-6 da CNAE, beneficiando o setor de curtumes, bem como os estabelecimentos classificados na CNAE 1066-0, desde que filial dos contribuintes que possuam a CNAE 1012-1, beneficiando, assim, o setor de abate de aves.

O Decreto 58.922/2013 entrou em vigor na data de sua publicação, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

Decreto 58.921/2013 - Altera o Decreto 58.811, de 27-12-2012, que institui o Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS no Estado de São Paulo, para a liquidação de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 28/02/2013, o Decreto 58.921, de 27/02/2013, faz uma correção técnica no sistema do desconto sobre o valor dos débitos exigidos por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM não inscritos em dívida ativa.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Dessa forma, o § 1º do artigo 1º do Decreto 58.811/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Relativamente ao débito exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM não inscrito em dívida ativa, as reduções previstas nos incisos I e II aplicam-se cumulativamente aos seguintes descontos sobre o valor atualizado da multa punitiva:

1 - 70% (setenta por cento), no caso de recolhimento em parcela única mediante adesão ao programa no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da notificação da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM;

2 - 60% (sessenta por cento), no caso de recolhimento em parcela única mediante adesão ao programa no prazo de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias contados da data da notificação da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM;

3 - 45% (quarenta e cinco por cento), nos demais casos de ICM/ICMS exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM." (NR)."

Importa destacar que as diferentes porcentagens de desconto, para recolhimento em parcela única, serão aplicadas com base na data de adesão ao programa de parcelamento.

A proposta também inclui a possibilidade de liquidação do saldo remanescente de parcelamento deferido nos termos dos artigos 570 a 583 do RICMS.

O Decreto 58.921/2013 entrou em vigor em 1º de março de 2013, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

Decreto 58.920/2013- Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 28/02/2013, o Decreto 58.920, de 27/02/2013, alterou o RICMS para prorrogar, por tempo indeterminado, os benefícios fiscais relativos às mercadorias relacionadas abaixo:

(i) suco de laranja;

(ii) leite longa vida;

(iii) iogurte e leite fermentado.

Nessa direção, foram revogados os seguintes dispositivos do RICMS que previam o término desses benefícios em 31/12/2013:

(i) o § 3º do artigo 61 do Anexo II (redução da base de cálculo);

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



(ii) o § 3º do artigo 32 do Anexo III (crédito outorgado);

(iii) o § 3º do artigo 33 do Anexo III (crédito outorgado).

Parte inferior do formulário

O Decreto 58.920/2013 entrou em vigor na data de sua publicação, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

Decreto 58.918/2013 - Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 28/02/2013, o Decreto 58.918, de 27/02/2013, estabelece que nas operações interestaduais destinadas a contribuinte paulista, beneficiadas ou incentivadas sem fundamento em Convênio ou Protocolo do CONFAZ, o Poder Executivo poderá exigir o recolhimento, no momento da entrada da mercadoria no Estado de São Paulo, do imposto correspondente ao valor do benefício ou incentivo.

Importante destacar que dentre as medidas previstas nesse decreto, destacam-se as seguintes:

- a) o imposto correspondente ao valor do benefício ou incentivo deverá ser recolhido até o momento da entrada da mercadoria no território paulista, por meio de guia de recolhimentos especiais, conforme disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda;
- b) a Secretaria da Fazenda divulgará os benefícios ou incentivos concedidos por outras Unidades da Federação, para fins de cálculo do valor a ser recolhido;
- c) o disposto no Decreto 58.918/2013 aplica-se também às operações interestaduais sujeitas ao regime de substituição tributária;
- d) desde que efetuados antes da entrada da mercadoria neste Estado, admitir-se-á que o recolhimento seja realizado pelo remetente da mercadoria, a favor do Estado de São Paulo, por meio de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, conforme disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda;
- e) uma via do documento de arrecadação deverá acompanhar a mercadoria durante o seu transporte.

Por fim, o Decreto em comento elucida que poderá ser dispensado o recolhimento do imposto nos casos em que o remetente comprovar, antecipadamente, conforme disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda, que não utilizou os benefícios ou incentivos.

O Decreto 58.918/2013 entrou em vigor em 1º de março de 2013, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Lei Estadual nº 14.953, de 20 de fevereiro de 2013, que estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paulistas, e dá outras providências.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 21 de fevereiro de 2013, a Lei nº 14.953, de 20 de fevereiro do mesmo ano, estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paulistas, e dá outras providências.

De acordo com esta Lei, toda cobrança de dívida oriunda de relação de consumo deverá seguir os critérios da presente lei no que tange à transparência dos valores cobrados, visando a não exposição do consumidor a constrangimentos ou ameaças.

Quando da cobrança da dívida, seja na forma impressa, por meio eletrônico ou por voz, os valores apresentados ao consumidor deverão ter clareza quanto ao que efetivamente correspondem, destacando-se o valor originário, bem como o de cada item adicional àquele, sejam juros, multas, taxas, custas, honorários ou outros, que, somados, correspondem ao valor total cobrado do consumidor, nomeando-se cada item.

Toda cobrança de dívida oriunda de relação de consumo, quando feita por meio de ligação telefônica, deve ser gravada, identificando-se a data e a hora do contato, e colocada à disposição do consumidor, caso seja solicitada, valendo tal regra para os mesmos meios utilizados pelo cobrador e disponibilizados ao consumidor para o contato com aquele.

O consumidor deve ser informado, em todos os contatos para cobrança, da obrigatoriedade da gravação das ligações e da disponibilidade do cobrador em fornecê-las, quando por aquele solicitado, em até 7 (sete) dias úteis.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Lei, no *link* abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Lei Estadual nº 14.953, de 20 de fevereiro de 2013, [clique aqui](#).

Portaria CAT nº 19, de 22 de fevereiro de 2013, que altera a Portaria CAT-95/06, de 24-11-2006, que dispõe sobre a suspensão, cassação e nulidade da eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS e dá outras providências.

Em vigor desde 23 de fevereiro de 2013, a Portaria CAT nº 19, de 22 de fevereiro do mesmo ano, **altera os arts. 24-A e 36-A** na Seção II (Do Procedimento Administrativo de Cassação - PAC) da Portaria CAT 95/06:

- para prever que o *procedimento administrativo de cassação* também será iniciado em relação ao contribuinte envolvido na prática de ilícito que, embora não tenha repercussão direta no âmbito tributário, **tenha sido expressamente previsto em lei como ocorrência suficiente a ensejar a cassação da eficácia da inscrição estadual**;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- para dispor que constituem hipóteses suficientes a ensejar a cassação da eficácia da inscrição estadual os seguintes ilícitos:

1) descumprimento da sanção de interdição imposta aos contribuintes que reincidirem na prática das seguintes infrações:

a) vender, ofertar, fornecer, entregar ou permitir o consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade;

b) não zelar para que nas dependências de seus estabelecimentos comerciais não se permita o consumo de bebidas alcoólicas por pessoas menores de 18 (dezoito) anos;

c) não exigir documento oficial de identidade, a fim de comprovar a maioridade do interessado em consumir bebida alcoólica ou fornecer o produto, mesmo em caso de recusa na apresentação do documento;

d) não comprovar à autoridade fiscalizadora, quando por esta solicitado, a idade dos consumidores que estejam fazendo uso de bebidas alcoólicas nas suas dependências;

2) uma vez cessada a interdição de que trata o item 1, prática da infração de vender, ofertar, fornecer, entregar ou permitir o consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade;

3) comercialização de produtos em cuja fabricação tenha havido, em qualquer de suas etapas de industrialização, condutas que configurem redução de pessoa a condição análoga à de escravo.

4) consentimento com o uso ou com a comercialização de drogas;

5) venda ou utilização de madeira extraída ilegalmente das florestas brasileiras.

A **cassação** da eficácia da inscrição de estabelecimento em razão das hipóteses previstas acima **(1 a 4) sujeitará os sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, às restrições abaixo**, pelo prazo de **10 anos**, contados da cassação:

1 - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em outro estabelecimento;

2 - impossibilidade de obter inscrição de nova empresa no mesmo ramo de atividade.

O **procedimento administrativo de cassação (PAC)** será iniciado nos termos desta Portaria, cujo teor poderá ser encontrado no *link* abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Portaria CAT nº 19, de 22 de fevereiro de 2013, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Portaria CAT 17, de 21-02-2013 – Altera a Portaria CAT-127/12, de 06-09-2012, que dispõe sobre a apropriação de crédito acumulado do setor de avicultura.

A Portaria CAT 17, de 21 de fevereiro de 2013, publicada em 22/02/2013, altera a redação dos arts. 1º e 2º da Portaria CAT 127/2012, para estabelecer a disciplina da apropriação de créditos acumulados do setor de avicultura para aqueles gerados a partir de 01.06.2012, pois até então tal disciplina aplicava-se apenas aos créditos gerados no período de 01.06.2012 a 31.12.2012.

A Portaria CAT 17/2013 entra em vigor na data de sua publicação em 22.02.2013. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 16, de 21-02-2013 – Altera a Portaria CAT-55/09, de 19-03-2009, que dispõe sobre a emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e e do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico - DACTE e dá outras providências.

A Portaria CAT 16, de 21 de fevereiro de 2013, publicada em 22/02/2013, altera a redação dos arts. 1º e 7º da Portaria CAT 55/2009, para estabelecer o dia 1º.02.2013 como data de início da obrigatoriedade de emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e, modelo 57, em substituição ao Conhecimento Aéreo, modelo 10, revogar a alínea “c” do inciso I, do art. 7º, da Portaria CAT 55/2009 e convalidar os procedimentos adotados pelo contribuinte no que se refere à emissão e utilização do Conhecimento Aéreo, modelo 10, no período de 01-12-2012 até a publicação desta Portaria.

A Portaria CAT 16/2013 entra em vigor na data de sua publicação em 22.02.2013. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 15, de 21-02-2013 – Altera a Portaria CAT-162/08, de 29-12-2008, que dispõe sobre a emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE, o credenciamento de contribuintes e dá outras providências.

A Portaria CAT 15, de 21 de fevereiro de 2013, publicada em 22/02/2013, confere nova redação a diversos dispositivos da Portaria CAT 162/2008, bem como lhe acrescenta os Anexos III e IV, para regulamentar a obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, aos contribuintes nela mencionados, notadamente os fabricantes, importadores e atacadistas de produtos diversos, comércio varejista de automóveis e motocicletas, além de serviços de telecomunicações, provedores de acesso, serviços ligados à rádio e televisão, publicidade, etc., e estabelece procedimentos relacionados à emissão e cancelamento da NF-e.

A Portaria CAT 15/2013 entra em vigor na data de sua publicação em 22.02.2013, exceto quanto à nova redação do § 2º, do art. 18, da Portaria CAT 162/2008, que trata da recepção pela Secretaria da Fazenda dos Pedidos de

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Cancelamento e Inutilização de Número de NF-e, que entra em vigor em 01.04.2013. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 14, de 21-02-2013 – Altera a Portaria CAT-32/96, de 28-3-1996, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais por contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados.

A Portaria CAT 14, de 21 de fevereiro de 2013, publicada em 22/02/2013, altera o Manual de Orientação anexo à Portaria CAT 32/1996, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais por meio de sistema eletrônico de processamento de dados:

- nos subitens 20A.1.7 e 20B.1.6, foi alterada a descrição do código de identificação do tipo de receita, para preenchimento das tabelas dos campos 09 e 08, respectivamente;
- os subitens 20A.1.10 e 20B.1.8 passaram a ter a seguinte redação: “Em se tratando de estorno de débito do imposto, deve ser observado o procedimento previsto no artigo 10 do Anexo XVII do RICMS e a Portaria CAT-06, de 07-01-2009,” (NR)

A Portaria CAT 14/2013 entra em vigor na data de sua publicação em 22.02.2013. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 13, de 21-02-2013 – Disciplina o credenciamento de contribuinte para fins de fruição da isenção do ICMS incidente na prestação de serviço de transporte de mercadoria destinada à exportação, prevista no artigo 149 do Anexo I do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 13, de 21 de fevereiro de 2013, publicada em 22/02/2013, estabelece a obrigação de credenciamento perante a Secretaria da Fazenda do contribuinte remetente de mercadorias destinadas à exportação, para fins de fruição da isenção do ICMS sobre o respectivo serviço de transporte até armazém geral em território paulista, prevista no art. 149, inciso IV, do Anexo I, do RICMS.

O art. 2º estabelece os requisitos a serem atendidos para o credenciamento, destacando-se a regularidade da situação fiscal do contribuinte e o prévio credenciamento no Domicílio Eletrônico do Contribuinte – DEC.

O art. 5º dispõe sobre as obrigações acessórias relativas à isenção, para o contribuinte remetente e para o prestador do serviço de transporte de carga.

A Portaria CAT 13/2013 entra em vigor na data de sua publicação em 22.02.2013. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Portaria CAT 12, de 21-02-2013 - Altera a Portaria CAT-167/10, de 19-10-2010, que concede regime especial de tributação pelo ICMS a distribuidores exclusivos de soros e vacinas para uso humano.

A Portaria CAT 12, de 21 de fevereiro de 2013, publicada em 22/02/2013, altera às disposições da alínea 'c' do item 1 do §1º do artigo 1º e acrescenta o item 4, todos da Portaria CAT-198/09.

De forma resumida a disposição da alínea "c" passa a prever que também se considera distribuidor exclusivo de soros e vacinas para uso humano, o estabelecimento atacadista que dê saída a "consumidores finais".

"c) atenda a condição de que as operações de saída destinadas a órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal, a hospitais, públicos e privados, a estabelecimentos de vacinação e imunização **e a consumidores finais**, assim como as operações de saída a título de devolução de mercadoria, representem 100% do valor total das operações de saída praticadas no período;"

Já o artigo 2º acrescentado o item 4 ao § 1º do artigo 1º da Portaria CAT-167/10, de 19-10-2010, com a seguinte redação:

"4 - consumidor final:

a) a cooperativa médica, desde que, cumulativamente, esteja inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Receita Federal do Brasil, com o código 6550-2-00, esteja cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do Ministério da Saúde como cooperativa e esteja autorizada, pelo órgão competente, a prestar serviço de vacinação e imunização humana;

b) o médico, pessoa física, desde que esteja autorizado, pelo órgão competente, a prestar serviço de vacinação e imunização humana;

c) a pessoa jurídica que adquirir vacinas para utilizar em campanha de vacinação de seus próprios funcionários."

A Portaria CAT 12/13, entrou em vigor na data de sua publicação. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Portaria CAT 11, de 21-02-2013 - Altera a Portaria CAT-198/09, de 29-9-2009, que concede regime especial de tributação pelo ICMS a distribuidores hospitalares.

A Portaria CAT 11, de 21 de fevereiro de 2013, publicada em 22/02/2013, altera às disposições do item 1 do §1º do artigo 1º e acrescenta o item 3 a este enunciado da Portaria CAT-198/09.

Em breves linhas o item 1 passou a prever, também, a saída de mercadorias do distribuidor hospitalar (estabelecimento atacadista) a CLINICAS.

Já o artigo 2º da atual norma acrescentou o item 3 ao §1º do artigo 1º, nos termos seguintes:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



“3 - clínica o estabelecimento que, cumulativamente, estiver:

a) inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Receita Federal do Brasil, com código principal 8610-1 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;

b) cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do Ministério da Saúde, como centro de saúde, policlínica ou clínica especializada.”

A Portaria CAT 11/13, entrou em vigor na data de sua publicação. Para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Resolução-RDC nº 5, de 4 de fevereiro de 2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Publicada no Diário Oficial da União em 6 de fevereiro de 2013, a Resolução-RDC nº 5, de 4 de fevereiro do mesmo ano, editada pela *Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)*, aprova a lista positiva de aditivos alimentares com suas respectivas funções e limites máximos para a subcategoria 16.1.1 BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO AS FERMENTADAS), que consta no seu **Anexo**.

Esta Resolução aprova a **lista positiva de aditivos alimentares** com suas respectivas funções e limites máximos para a subcategoria **16.1.1 BEBIDAS ALCOÓLICAS (EXCETO AS FERMENTADAS)**, que consta no seu **Anexo**, **se aplicando a todas as bebidas alcoólicas não fermentadas comercializadas no país**.

De acordo com esta Resolução, quando para uma determinada função forem autorizados dois ou mais aditivos com limite máximo numérico, a soma das quantidades utilizadas no alimento não poderá ser superior ao maior limite máximo numérico estabelecido entre eles. A quantidade de cada aditivo não poderá ser superior ao seu limite máximo individual. Ficam excetuados dessa regra os aditivos alimentares com limite quantum satis (q.s.) - quantidade necessária para obter o efeito tecnológico desejado desde que não altere a identidade e a genuinidade do produto.

Se um aditivo é autorizado com limite máximo numérico em duas ou mais funções para uma mesma categoria de produto, a quantidade máxima do aditivo a ser utilizada neste produto não pode ser superior ao maior limite máximo estabelecido para este aditivo dentre as funções nas quais é autorizado.

As empresas terão o prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data de publicação desta Resolução para promover as adequações necessárias ao cumprimento do disposto neste Regulamento Técnico. Os produtos fabricados até o fim deste prazo podem ser comercializados até o fim de seus prazos de validade.

A partir da publicação desta Resolução, os novos produtos e os produtos reformulados devem atender na íntegra ao disposto neste Regulamento Técnico.

O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária nos termos da Lei n. 6.437/1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a **Resolução CNS/MS nº 04/1988** no que se refere aos aditivos alimentares permitidos para as bebidas alcoólicas não fermentadas, exceto aquelas derivadas da uva e do vinho não previstas neste Regulamento Técnico, e a **Resolução RDC nº 41/2009**.

Para conhecer inteiro teor da Resolução-RDC nº 5, de 4 de fevereiro de 2013, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), [clique aqui](#).

Resolução nº 1, de 07 de fevereiro de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Publicada no Diário Oficial da União em 18 de fevereiro de 2013, a Resolução nº 1, de 07 de fevereiro do mesmo ano, editada pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, estabelece política e medidas específicas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País, e dá outras providências.

De acordo com esta Resolução, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerá os critérios para a definição das empresas de pequeno e médio porte a serem beneficiadas por essa política.

Com vistas a aumentar as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural por empresas de pequeno e médio porte, a ANP realizará rodadas de licitações anuais específicas para blocos em bacias maduras e de áreas inativas com acumulações marginais, observadas as seguintes orientações:

- 1) a ANP deverá excluir das áreas a serem ofertadas os blocos com potencial para produção de recursos não convencionais a partir das rochas geradoras; e
- 2) os blocos e áreas mencionados acima devem ter sua viabilidade ambiental sustentada em manifestação conjunta da ANP e do órgão ambiental competente.

O Ministério de Minas e Energia deverá instituir Comissão, com representantes deste Ministério e da ANP, que terá como finalidade acompanhar as ações relativas à política para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, podendo contar, também, com a participação de representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia e, quando for criada, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Resolução, no *link* abaixo. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Resolução nº 145, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências.

Publicada no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2013, a Resolução nº 145, de 12 de dezembro do mesmo ano, editada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, do Ministério do Meio Ambiente, estabelece *diretrizes* para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências, que também se aplicam às regiões hidrográficas.

De acordo com esta norma, os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas previstos na Lei nº 9.433/1997 constituem *instrumentos* de gestão de recursos hídricos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos, que visam fundamentar e orientar a implementação das Políticas Nacional, Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos no âmbito das respectivas bacias hidrográficas.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CNRH nº 17, de 29 de maio de 2001.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no *link* abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Resolução nº 145, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), [clique aqui](#).

Lei Estadual nº 14.951, de 6 de fevereiro de 2013, que altera a Lei nº 13.747, de 7 de outubro de 2009, que obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para realização de serviços ou entrega de produtos aos consumidores.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 07 de fevereiro de 2013, a Lei nº 14.951, de 06 de fevereiro do mesmo ano, altera a Lei nº 13.747/2009, que obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para realização de serviços ou entrega de produtos aos consumidores.

De acordo com esta Lei, ficam os fornecedores de bens e serviços que atuam no mercado de consumo, no âmbito do Estado, obrigados a fixar data e turno para a realização dos serviços ou entrega dos produtos, sem qualquer ônus adicional aos consumidores.

Os fornecedores de bens e serviços deverão estipular, antes da contratação e no momento de sua finalização, o cumprimento das suas obrigações nos **turnos da manhã, tarde ou noite**, em conformidade com os seguintes **horários**, sendo assegurado ao consumidor o direito de escolher entre as opções oferecidas:

turno da manhã: compreende o período entre 7h00 e 11h00 (sete e onze horas);

turno da tarde: compreende o período entre 12h00 e 18h00 (doze e dezoito horas);

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



turno da noite: compreende o período entre 19h00 e 23h00 (dezenove e vinte e três horas).

No ato de finalização da contratação de fornecimento de bens ou prestação de serviços, o fornecedor entregará ao consumidor documento por escrito contendo as seguintes informações:

- 1 - identificação do estabelecimento, da qual conste a razão social, o nome de fantasia, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), o endereço e o número do telefone para contato;
- 2 - descrição do produto a ser entregue ou do serviço a ser prestado;
- 3 - data e turno em que o produto deverá ser entregue ou realizado o serviço;
- 4 - endereço onde deverá ser entregue o produto ou prestado o serviço.

No caso de **comércio à distância ou não presencial**, referido documento deverá ser enviado ao consumidor, previamente, à entrega do produto ou prestação do serviço, por meio de mensagem eletrônica, fac-símile, correio ou outro meio adequado.

O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às sanções estabelecidas no Código de Defesa e Proteção ao Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

Esta lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação. Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Lei, no *link* abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Lei Estadual nº 14.951, de 06 de fevereiro de 2013, [clique aqui](#).

Portaria CAT 9, de 21-02-2013 – Altera a Portaria CAT-147/09, de 27-7-2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS.

A Portaria CAT 9, de 21 de fevereiro de 2013, publicada em 22/02/2013, altera a Portaria CAT 147/09 no tocante às disposições dos artigos 15 e 16 da norma anterior.

A Portaria CAT 147/09 disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS, nesse sentido a nova redação dos artigos 15 e 16 passa a ser a seguinte:

“Artigo 15 - O contribuinte poderá retificar a EFD relativa ao período de referência para o qual a Secretaria da Fazenda tenha recepcionado regularmente o respectivo arquivo digital.

§ 1º - Para fins do disposto no “caput”, o contribuinte deverá, observado o disposto nos capítulos II, III e IV:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



1 - gerar um novo arquivo digital que contenha todas as informações relativas à EFD para o mesmo período de referência, incluindo aquelas objeto de retificação, bem como o respectivo código da finalidade do arquivo, conforme previsto no leiaute de que trata o artigo 5º;

2 - enviar à Secretaria da Fazenda o arquivo digital gerado em substituição ao último arquivo da EFD regularmente recepcionado, relativo ao mesmo período de referência.

§ 2º - O contribuinte poderá, observado o procedimento previsto no § 1º, retificar a EFD:

1 - até o último dia do terceiro mês subsequente ao encerramento do mês da apuração, independentemente de autorização da Secretaria da Fazenda;

2 - após o prazo previsto no item 1 e nas hipóteses em que o erro relacionado ao ICMS não puder ser saneado por meio de lançamentos corretivos, somente mediante autorização da Secretaria da Fazenda.

§ 3º - O disposto no § 2º não se aplica quando a apresentação da EFD retificadora for decorrente de notificação do fisco.

§ 4º - Para fins de obter a autorização de que trata o item 2 do § 2º, o contribuinte deverá:

1 - gerar a EFD retificadora, nos termos do item 1 do §1º;

2 - efetuar pedido de retificação da EFD no Posto Fiscal de sua vinculação mediante entrega dos seguintes documentos:

a) demonstrativo, devidamente assinado, onde conste o resumo das alterações a serem efetuadas;

b) cópia, em papel, do respectivo protocolo que comprove a regular recepção, pela Secretaria da Fazenda, do arquivo digital da EFD a ser retificado;

c) Hash code da EFD retificadora com assinatura, gerado pelo Programa Validador da EFD (PVA) .

§ 5º - Não produzirá efeitos a retificação da EFD:

1 - de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal;

2 - cujo débito constante da EFD objeto da retificação tenha sido enviado para inscrição em Dívida Ativa, nos casos em que importe alteração desse débito;

3 - efetuada em desacordo com o disposto nesta portaria.”

“Artigo 16 - O pedido para retificação da EFD a que se refere o item 2 do § 2º do artigo 15 será decidido pelo Chefe do Posto Fiscal de vinculação do contribuinte.



§ 1º - Para fins de análise do pedido, além do exame dos documentos exigidos, poderão ser realizadas verificações fiscais.

§ 2º - A notificação da decisão será feita por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, e se deferido o pedido, indicará o prazo para que o contribuinte envie o arquivo digital da EFD retificadora ao ambiente nacional do SPED, nos termos do artigo 9º.

§ 3º - Indeferido o pedido, o contribuinte poderá interpor recurso dirigido ao Delegado Regional Tributário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da decisão.

§ 4º - A autorização para a retificação da EFD não implicará o reconhecimento da veracidade e legitimidade das informações prestadas, nem a homologação da apuração do imposto efetuada pelo contribuinte.”.

A Portaria CAT 9/13, entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 1º de janeiro de 2013 e, para conhecer seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto Estadual nº 58.879, de 07 de fevereiro de 2013, que aprova o Regulamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, transformada em autarquia pela Lei Complementar nº 1.187, de 28 de setembro de 2012.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 08 de fevereiro de 2013, o Decreto nº 58.879, de 07 de fevereiro do mesmo ano, aprova o **Regulamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP**, que foi transformada em autarquia pela Lei Complementar nº 1.187/2012, constante do **Anexo** integrante deste Decreto

De acordo com este regulamento, à JUCESP compete:

(i) executar e administrar, no Estado de São Paulo, os serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, segundo o disposto na Lei federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994;

(ii) fomentar, simplificar e facilitar o registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, segundo o disposto na Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Lei federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, em consonância com as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado;

(iii) coordenar o desenvolvimento e a implantação, manter e atualizar o Cadastro Integrado de Empresas Paulistas - CADEMP;

(iv) colaborar com as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado.

Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação. Demais informações poderão ser encontradas no texto deste regulamento, no *link* abaixo.

Para conhecer inteiro teor do Decreto Estadual nº 58.879, de 07 de fevereiro de 2013, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Decreto nº 7.913/13 – Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.

Foi publicado no Diário Oficial da União, de 08.02.2013, o Decreto 7.913/13, de 07.02.2013, que altera o Anexo III do Decreto 6.233/07 que trata do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS.

Esse Decreto traz a nova redação do Anexo III, agora denominado apenas Anexo, que elenca os insumos para emprego nas atividades vinculadas aos produtos finais, nos termos do Decreto 6233/07.

Da extensa lista de insumos constantes do Anexo III, a nova redação altera apenas quatro desses insumos e, ainda assim, apenas no tocante ao NCM.

Descrição anterior	NCM anterior	Descrição atual	NCM atual
Circuitos integrados sob a forma de discos (wafers) ainda não cortados em microplaquetas (chips)	8542.31.10	Circuitos integrados sob a forma de discos (wafers) ainda não cortados em microplaquetas (chips)	8542.31
	8542.32.10		8542.32
	8542.33.20		8542.33
	8542.39.20		8542.39

Vê-se, então, que a nova redação suprimiu a última posição da classificação da NCM, exatamente aquela que especificava o insumo em “não montado”. A nova redação não traz mais essa posição, assim, entende-se que os circuitos a serem considerados, serão os montados ou não.

O Decreto nº 7.913/13 entrou em vigor na data de sua publicação e, para conhecer o seu inteiro teor, assim como o Anexo, [clique aqui](#).

Comunicado DA 9/2013 – Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31-03-2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 14/02/2013, o Comunicado DA 9, de 13/02/2013, divulgando o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/03/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS que será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Informe

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 9/2013, [clique aqui](#).